

Projeção e emancipação das mulheres brasileiras no esporte, 1932-1968

Cláudia Maria de Farias¹

Resumo: o trabalho, ao incorporar o gênero como categoria de análise histórica, sem desconsiderar a importância dos conflitos de classe e raça, examinará como se processou a construção, a partilha e os deslocamentos da desigualdade entre os sexos no campo esportivo brasileiro, entre os anos 30 e 60, principalmente nos esportes aquáticos e no atletismo femininos. Assim, entendendo a prática esportiva como campo de poder, tramas, conflitos, tensões e investimentos, analisaremos a trajetória de vida de algumas ex-atletas brasileiras que, entre rupturas e conformidades, protagonizaram importantes conquistas na busca pela afirmação dos seus direitos e das suas múltiplas identidades em diferentes contextos históricos.

Palavras-chave: história do esporte - relações de gênero – emancipação feminina

Projection and the Brazilian women's emancipation in the sport, 1932-1968

The work, when incorporating the gender as category of historical analysis, without disrespecting the importance of the class conflicts and race, will examine as it was processed the construction, the share and the displacements of the inequality among the sexes in the Brazilian sporting field, between the years 30 and 60, mainly in the aquatic sports and in the feminine athletics. Like this, understanding the sporting practice as field of power, plots, conflicts, tensions and investments, we will analyze the path of some ex-Brazilian athletes' life that, between ruptures and conformities, they played important conquests in the search for the statement of your rights and of your multiple identities in different historical contexts.

Key-words: history of the sport - gender relationships - feminine emancipation

O número de atletas brasileiras nos Jogos Pan-Americanos do Rio, realizados em julho de 2007, foi de aproximadamente 310. Nas Olimpíadas de Atenas, realizadas em 2004, 122 brasileiras estiveram presentes – praticamente a metade dos 247 atletas da nossa delegação. Mas se hoje a participação feminina nas competições esportivas é incontestável, nem sempre foi assim. O barão de Coubertin – idealizador dos Jogos Olímpicos da era moderna e presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) de 1896 a 1925 – defendia, de forma contundente, a exclusão das mulheres das competições públicas. Em seu tratado *Princípios*

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, bolsista do CNPq

filosóficos do olimpismo moderno, de 1936, afirmava que seu papel deveria ser, como nos antigos torneios, o de coroar os vencedores.

Apesar das manifestações contrárias do barão e das interdições impostas pelo COI, que lhes negava inclusive o direito de subir ao pódio, as mulheres foram conquistando cada vez mais espaços num território destinado às honras e virtudes masculinas. Como reflexo das lutas femininas travadas no cenário esportivo internacional, a projeção das mulheres brasileiras nos esportes se realizou de forma mais consolidada, a partir dos anos 20/30, nas modalidades que ressaltavam a graça, a elegância e a leveza “natural” dos movimentos femininos: natação, tênis, voleibol, equitação, esgrima.² Através desta associação, onde se distinguia quais as atividades esportivas consideradas mais adequadas à condição feminina, o discurso médico-eugênico transformava o corpo feminino em objeto de discussão e análise, construindo paralelamente representações de feminilidade e masculinidade que apontavam para uma moralização dos corpos e uma diferenciação “natural” entre os sexos. Nesse contexto, vários tratados de Educação Física e manuais de eugenia foram produzidos visando o enquadramento da sexualidade e do corpo feminino/masculino. O pedagogo Fernando AZEVEDO (1920:46) assim manifestava suas concepções sobre a educação física e os esportes para as mulheres:

A educação física para moças deve ser, pois, higiênica e estética, e nunca *atlética*, visar sobretudo o desenvolvimento da parte inferior do corpo, dar a graça e a destreza dos movimentos, procurando antes a leveza do que a força. (...) Os exercícios para a mulher (porque sua estrutura é mais fraca e delicada do que a do homem) devem ser menos enérgicos e ter menos duração. É contra-indicado todo e qualquer exercício que exija dispêndio muscular intenso e prolongado...”

Desse modo, numa conjuntura marcada pela aceleração do processo urbano industrial e pela crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como pelo avanço da luta feminina, médicos, juristas, educadores e religiosos vão construir no esporte a idéia da diferença sexual no intuito de demarcar os papéis e os espaços sociais, reafirmando as relações de poder e subordinação entre os sexos, as classes e as raças.

A despeito da *dominação masculina*, Maria Lenk iniciou a natação feminina competitiva no país ao conquistar o primeiro lugar na prova interestadual entre as nadadoras do RJ e SP, em 1931, realizada na Enseada de Botafogo. Assim, ela seguia os passos de outras mulheres

² A participação de mulheres da elite em clubes privados de natação, tênis e equitação inicia-se desde o início da segunda década do século XX. Mas, outros esportes, como o futebol, já começavam a despertar também o interesse das mulheres. Em 1921, por exemplo, há registro de um jogo de futebol realizado, na cidade de São Paulo, entre “senhoritas tremembenses contra senhoritas “cantareinenses”. *Apud* GOELLNER, Silvana. *Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades*, p. 146

que, de forma isolada, já se exibiam na natação nos anos 20, como Violeta Coelho Neto, Anésia Coelho, Alice Possalo e Blanche Pironnet.

Educada desde cedo nos princípios da ginástica, Maria Lenk, então com 17 anos, foi a primeira atleta sul-americana a participar dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1932. Ao viajar sem a companhia do pai – fato incomum na época –, no cargueiro Itaquicê, durante um mês, ela foi a única mulher da delegação brasileira, composta por 66 homens. Apesar da sua ousadia, Coelho Neto – escritor e fã incontestado dos esportes – fez um caloroso discurso, por ocasião do embarque dos atletas rumo a Los Angeles, que ignorava o ineditismo do acontecimento: “... não esqueçais, não *rapazes*, que é o Brasil, que é a Pátria, que são mais de quatro séculos de energia, de amor, de aventura, que é o Brasil que levais nos músculos” (LENK, 1986:29). A necessidade de eliminação dos particularismos e regionalismos, em favor da construção de uma nova ordem nacional, autoritária e centralizada, erigida no pós-30, talvez tenha levado Coelho Neto a suprimir em suas palavras a participação inédita de uma mulher num evento internacional de tal magnitude. Nesta conjuntura, de acordo com MONTEIRO (2006:150), as mulheres, os comunistas e os judeus passaram a ser vistos como elementos corruptores da nacionalidade.

Feitas estas considerações, cumpre ressaltar que nas Olimpíadas de 1936, em Berlim, a delegação brasileira feminina já foi maior, composta por 6 mulheres da elite que integravam as equipes de natação (5) e esgrima (1): Maria Lenk, Piedade Coutinho, Scylla Venâncio, Helena de Moraes Salles, Sieglund Lenk e Hilda Von Puttkammer. Provavelmente nestas duas edições dos Jogos, praticando os esportes considerados mais apropriados e sofisticados nos clubes privados, elas internalizaram os comportamentos apregoados pelas teorias médicas de acordo com os seus próprios interesses, buscando sair do anonimato e conquistar uma maior projeção social. Porém nestes esportes, conforme afirma SCHPUN (1999:53), a busca por uma visibilidade social se fazia “entre iguais” e, por conseguinte, os laços de identidade de classe, compartilhados mesmo entre homens, se tornavam mais determinantes.

A partir dos anos 40, no entanto, verifica-se um deslocamento na relação entre os gêneros: as mulheres brasileiras começavam a se destacar também nos esportes considerados mais populares e tipicamente masculinos, como o futebol³ e o atletismo. O artigo do professor de medicina esportiva, Waldemar Areno, acerca do atletismo feminino, é bastante revelador das polêmicas que envolviam a prática desta modalidade pelas mulheres, classificando-a

³ No futebol, podemos destacar a formação de times femininos de futebol no subúrbio carioca, como o Eva Futebol Clube, Cassino Realengo, E. C. Brasileiro e o Benfica Futebol Clube, cf. FRANZINI, Fábio. Futebol é ‘coisa para macho’? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50. p. 319

como perigosa e nociva ao seu organismo. Em seus argumentos, ARENO (1945:26) afirma que a corrida sobre barreiras e o salto em distância deveriam ser encarados com reservas pelas mulheres, pois “os choques constantes e repetidos sobre os calcanhares, no momento da queda, podem e devem repercutir sobre a bacia e os órgãos genitais internos, principalmente os ovários, acarretando uma possível alteração no seu equilíbrio funcional.” Ao estigmatizar estas modalidades como masculinas e violentas, tais construções serviram, provavelmente, de base para a formalização e legitimação da interdição das mulheres à diversas modalidades esportivas, principalmente no atletismo, nas lutas e no futebol, imposta pelo autoritarismo do Estado Novo, através de Decreto Lei n. 3199, de 14 de abril de 1941. Não obstante a preocupação do Estado com a prática desportiva, cívica e eugênica, indispensável à ambos os sexos para o desenvolvimento da coesão nacional, evidenciava-se a discriminação da mulher no interior da sociedade brasileira: mais do que mãe dedicada e exemplar, responsável pela geração de filhos saudáveis a pátria, ela deveria constituir-se como contraponto da alteridade masculina.

Feito este breve parênteses, deve-se ressaltar que nas Olimpíadas de 1948 e 1952, já observam-se iniciativas de rompimento com o ideal de beleza, elegância, moderação, delicadeza e refinamento forjado para as mulheres de elite nos anos 20 e reeditado em 1941, através das propostas eugênicas do CND, instituído pelo Estado Novo. Podemos destacar a participação pioneira de 6 mulheres no atletismo nas Olimpíadas de Londres, em 1948, entre 11 no total (5 eram da natação). Superando tabus e preconceitos arraigados, elas competiram nas provas de salto em distância, salto em altura, arremesso de peso, revezamento 4x100 m, 100 m e 200 m. Entre as representantes do atletismo, a primeira negra: Melânia Luz.

Quatro anos depois, nas Olimpíadas de Helsinque, Finlândia, 5 mulheres competiram: 2 da natação e 3 do atletismo (100 m, 200 m, 80 m com barreira, salto em distância e salto em altura). Numa época onde a branquidão da mulher brasileira e sua conduta ideal eram divulgadas nos concursos de miss, as atletas negras, Wanda dos Santos e Deise Jurdelina, disputaram as eliminatórias nos 80m com barreira e 200m, respectivamente. Mesmo sem participar das finais olímpicas, ambas baixaram os seus recordes em cada uma das provas, apesar dos preconceitos vivenciados na competição. Em entrevista concedida a VALPORTO (2006:34), Wanda relatou que as anfitriãs finlandesas eram gentis, mas não resistiam a passar o dedo na sua pele e de sua colega atleta, Deise.

O preconceito racial vivenciado pelas atletas brasileiras nas Olimpíadas de 1952, em Helsinque, nos leva a pensar nos conflitos e nas relações de concorrência existentes no campo esportivo brasileiro entre mulheres “do atletismo” e “da natação”, uma vez que entre atletas

praticantes destas modalidades – predominantes no cenário olímpico – observam-se condições de classe e raça distintas. Portanto, conforme sugere BOURDIEU (1990:208) ao invés de analisarmos um esporte de forma independente, deve-se compreendê-lo também em seu *aspecto relacional* no conjunto das práticas esportivas, reconhecendo seu *valor distintivo*, a posição que ele ocupa no espaço dos esportes, bem como o tipo de relação com o corpo que ele favorece.

Este aspecto é extremamente relevante para compreendermos a participação da atleta Aída dos Santos, nas Olimpíadas de 1964 (Tóquio) e 1968 (Cidade do México). Rompendo com o ideal de pureza racial e superando a tripla discriminação que sofriam as mulheres desportistas negras e pobres - entre elas Wanda dos Santos e Deise Jurdelina - , Aída alcançou o quarto lugar no salto em altura nas Olimpíadas do Japão, numa delegação onde o restante dos atletas era de homens. Em entrevista concedida a VALPORTO (2006:54-56), além de contar sobre as sucessivas provas exigidas pelos dirigentes militares para o estabelecimento do índice olímpico na modalidade, mesmo depois de já tê-lo alcançado, a atleta relatou suas angústias e as enormes barreiras encontradas na viagem e na competição, desde falta de técnico e material necessário para os treinos até a dificuldade de comunicação numa terra estrangeira. O fato não impediu que Aída fosse para a final, porém ela torceu o pé. Ao inscrever no seu corpo as marcas da sua luta e resistência contra as diversas formas de exclusão, Aída dos Santos conquistou o quarto lugar na modalidade de salto em altura – a melhor performance individual da delegação brasileira em Tóquio.

Deve-se lembrar que em sua trajetória esportiva, Aída dos Santos conviveu ainda com a pobreza e a resistência do seu pai – para quem esporte era “coisa de rico” – e com uma rotina que incluía treinos exaustivos e os trabalhos como lavadeira e faxineira para ajudar a família. Situação um pouco similar a de Wanda dos Santos, porém bem diversa das nadadoras, em sua maioria da classe média alta. Quatro anos depois, no México, Aída foi a primeira mulher brasileira a competir no pentatlo – prova do atletismo onde se conjugam o arremesso de disco, dardo, salto em distância, 200 m e 1500 m rasos -, obtendo o 20º lugar. Cabe destacar, que a performance foi conquistada em plena vigência da ditadura militar, quando ainda vigoravam as restrições para esta modalidade e outras foram incluídas, através da Deliberação n. 7, de 2 de agosto de 1965, expedida pelo Conselho Nacional de Desportos, como as lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, rugby, halterofilismo e baseball, conforme destaca GOELLNER (2005:145). O fim das restrições só ocorreu em 1979, em função da pressão pela revogação do decreto 3.199 feita na CPI da Mulher, criada três anos antes para discutir a condição feminina no país.

Desse modo, a partir da década de 40 a busca pela igualdade de direitos para ambos os sexos, em todas as modalidades de esportes e competições, revestiu-se de um novo sentido. Se, de forma estratégica, nos anos 20/30 elas se aproveitaram das representações normativas construídas pelo discurso médico para conquistar espaços no cenário público, posteriormente, já com alguns direitos políticos e sociais formalizados⁴, elas ampliavam suas formas de participação no mundo esportivo, rompendo visivelmente com o modelo social de conduta feminina e associando-se aos esportes considerados mais masculinos e populares, numa nítida redefinição da sua identidade. A ordem das relações entre os gêneros sofre um deslocamento, haja vista a inclusão de algumas mulheres negras e pobres participando, pela primeira vez, na modalidade do atletismo em Olimpíadas. Portanto, evitando-se uma perspectiva isolacionista, devemos pensar nas múltiplas intersecções do *gênero* com outros componentes de diferenciação, tais como classe e raça, fundamentais para o entendimento da construção de identidades e memórias multifacetadas. Tal abordagem, é primordial para a análise dos processos sociais de identidade coletiva, nunca estabelecidos definitivamente e sim sujeitos à infinitas recomposições.

Neste ponto, a trajetória de Mary Dalva Proença – atleta olímpica de natação, em 1956, na modalidade dos saltos ornamentais –, se revela diferenciada. Seu desejo de continuar competindo e melhorar seu desempenho após a experiência nas Olimpíadas de Melbourne (1956), quando obteve o 16º lugar geral, foi interrompido pela pressão familiar para que se casasse com um jovem engenheiro. Na verdade, a pressão para o casamento se fez quando a atleta manifestou sua vontade de voltar para o Rio de Janeiro e morar com uma amiga em Laranjeiras, no intuito de retomar seus treinos na piscina do Fluminense – clube onde a atleta havia treinado para as Olimpíadas de 1956, antes da mudança da família para Belém, um ano depois, em função da transferência de seu pai, fiscal do Imposto de Renda. Para viajar com a família, Mary Dalva abandonou o emprego de contadora e o esporte.

Na entrevista também concedida a VALPORTO (2006:43), ela afirmou: “naquela época, uma moça solteira devia obediência ao pai. Se ele tinha que mudar de cidade, a gente ia junto”. Após o casamento e o nascimento de dois filhos, a carreira esportiva parecia definitivamente encerrada. No entanto, aos 28 anos, a vida lhe reservava mais uma surpresa: o suicídio do marido, em 1963. Disposta a abandonar o local da tragédia, ela voltou pra o Rio com os filhos, ficando na casa de uma amiga, em Laranjeiras. Com a ajuda dos pais, reiniciou os treinos no Fluminense, trabalhando também como secretária-executiva. No final de 63, ela

⁴ Refiro-me aqui à conquista do voto em 1932 e à legislação social de amparo ao trabalho feminino produzida no período.

foi campeã carioca na plataforma e venceu o Campeonato Brasileiro, em São Paulo. Em busca do índice olímpico para os jogos de Tóquio, em 1964, ela viajou para o Equador, em mais um Sul-americano. Ao conquistar a medalha de ouro nesta competição, na plataforma de 10m, o sonho tão acalentado de retornar a uma Olimpíada parecia, finalmente, próximo. Mas na volta da viagem, provavelmente em função de uma nova pressão familiar, as dificuldades de conciliar suas diversas rotinas como mãe e atleta ficaram evidentes e, então, ela abandonou definitivamente seu ideal.

Ao legitimar e enraizar no seu corpo a violência e o confinamento simbólicos, que a impeliram a exercer suas “funções” maternas desencorajando, paralelamente, outras condutas consideradas impróprias e masculinas – como a carreira esportiva e o trabalho, por exemplo –, a atleta acabou por renunciar ao esporte que tanto lhe proporcionou visibilidade e reconhecimento social. Decretando sua “morte simbólica” por duas vezes, a história de Marly Dalva nos informa sobre o trabalho de eternização da *dominação masculina* no ambiente familiar, fruto também da incorporação feminina dos *habitus* sexuais que se depositam nos corpos, segundo afirma BOURDIEU (2003:41). Diferentemente das experiências vivenciadas por Aída dos Santos, Wanda dos Santos e Deise Jurdelina, o corpo tornou-se aqui o lugar de poder e legitimação da ordem social masculina. Assim, entre rupturas e conformidades, essas mulheres pioneiras lutaram pela afirmação dos seus direitos e pela autonomia dos seus corpos.

Referências bibliográficas

- ARENO, Waldemar. Considerações médico-desportivas sobre atletismo feminino. *Revista Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, ano I, n.1, out 1945
- AZEVEDO, Fernando. Para as mulheres. *Sports*, São Paulo, janeiro 1920
- BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia dos esportes. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003
- FRANZINI, Fábio. Futebol é ‘coisa para macho’? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 25, n. 50, jul-dez 2005
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidade. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*, São Paulo, v. 19, n.2, p. 143-151, abr-jun. 2005. Disponível em <http://www.usp.br/eef/rbefe/v19>
- LENK, Maria. *Braçadas e abraços*. Rio de Janeiro:s.ed., 1986
- MONTEIRO, Vitor. Esportes, masculinidade e identidade nacional: a revista Nação Armada (1939-47). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da e SANTOS, Ricardo Pinto dos (orgs.). *Memória social dos esportes*. Futebol e política: a construção de uma identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2006

- SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo*. Cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Editora Senac/Boitempo, 1999
- SOIHET, Racquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997
- VALPORTO, Oscar. *Atleta, substantivo feminino*. Vinte mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006